



Ranking de Notícias: Decisão dos EUA sobre reajuste de juízes é destaque

Um Tribunal Federal de Recursos dos EUA decidiu, por maioria, que o Congresso não pode revogar reajustes salariais, sob o título de ajuda de custo de vida, garantidos aos juízes federais por uma lei aprovada em 1989, a "Ethics Reform Act". O tribunal concluiu que o Congresso violou a "Cláusula da Remuneração" da Constituição dos EUA, que se destina a proteger a independência do Judiciário, ao aprovar legislação que bloqueou os reajustes. O assunto foi destaque e repercutiu no Brasil, que discute tema semelhante. *Clique [aqui](#) para ler.*

Registro na OAB

No Paraná, um bacharel em Direito conseguiu na Justiça o direito de obter o registro na OAB, mesmo tendo se formado em curso não reconhecido pelo Ministério da Educação. A decisão do TRF-4 se baseou no artigo 8º da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), em seu inciso II, que exige do candidato o diploma de graduação em Direito obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada no Ministério da Educação e Cultura (MEC). No caso, a faculdade era credenciada. Mas o curso não era reconhecido. *Clique [aqui](#) para ler.*

Provas anuladas

O Superior Tribunal de Justiça definiu a competência de juízos de execução em caso de presos perigosos. Cabe ao juiz de execução penal de origem o encaminhamento de detento a presídio federal de segurança máxima ou a renovação do prazo de sua permanência. E cabe ao juiz com jurisdição sobre o presídio conceder benefícios ao apenado. *Clique [aqui](#) para ler.*

Especiais

Em entrevista publicada, no último domingo (14/10), o advogado Rafael Português de Souza, presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), mostrou-se preocupado com o modo que o Supremo Tribunal Federal está julgando o processo do mensalão. "O que decidem no mensalão torna-se norte para juízes", explica. Para ele, o maior operador do direito na área penal é a Defensoria Pública, responsável por atender à população carente, garantindo acesso à Justiça e a ampla defesa. Segundo Rafael Português, a Defensoria Pública tem se empenhado em desenvolver teorias jurídicas para resolver conflitos específicos para a parcela pobre da sociedade. Os tribunais têm conhecido, hoje, as discussões sobre o "direito da laje" ou a possibilidade de transmitir lotes de terras ocupadas — ou invadidas — a herdeiros, como explica. *Clique [aqui](#) para ler.*



Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 325,6 mil visitas e teve 756 mil visualizações de página na semana entre 12 a 18 de outubro. A quarta-feira (17/10) foi o dia com mais acessos, quando o portal recebeu 66 mil visitas. A reportagem mais lida, com 4,5 mil visitas, foi a coluna *Senso Incomum*, do advogado Lênio Streck, intitulada *Aqui se faz, aqui se paga ou “o que atesta Malatesta”*. Clique [aqui](#) para ler.

A segunda mais lida, com 3,4 mil acessos, foi a entrevista com o presidente da Apadep, Rafael Português, na qual ele comenta o modo como o mensalão está sendo julgado pelo STF. Clique [aqui](#) para ler.

AS 10 MAIS LIDAS

[Senso Incomum: Aqui se faz, aqui se paga ou “o que atesta Malatesta”](#)

[Entrevista: Rafael Português de Souza, presidente da Apadep](#)

[Xuxa é condenada por plágio de personagem](#)

[Erro em prova da OAB leva candidato à segunda fase](#)

[Sexo com menor por 50 centavos não é prostituição](#)

[O “pai-trimonialismo” e “Por quien cantan las sirenas?”](#)

[Justiça de SP condena acusados de golpe em seguros](#)

[Mercado Jurídico: Trabalhistas que atendiam empresas miram empregados](#)

[CNJ derruba liminar e anula provas para juiz do TRF-3](#)

[Nomeação é obrigatória após dois anos do concurso](#)

AS MANCHETES DA SEMANA

[Lewandowski reajusta voto e absolve acusados por quadrilha](#)

[Joaquim Barbosa condena Dirceu por formação de quadrilha](#)

[Bacharel de curso não reconhecido pode ter registro da OAB](#)

[Joaquim Barbosa indica que condenará Dirceu por quadrilha](#)

[STF chega ao último capítulo do mensalão com quatro empates](#)

[Zavascki justifica ativismo judicial pela omissão do Congresso](#)

[Congresso dos EUA não pode impedir reajustes de juízes](#)

[CNJ derruba liminar e anula provas para juiz do TRF-3](#)

[Produtoras de filmes estão livres de recolher ISS, decide STJ](#)

[STJ define pagamento de honorários em execução provisória](#)

[TJ-SP terá help desk para dúvidas com processo eletrônico](#)

[STF absolve Duda Mendonça de lavagem de dinheiro](#)

[Defensoria não deve pagar advogado nomeado por juiz](#)

[Suspeito de furtar processos da Justiça de São Paulo é preso](#)

[Entrevista: Rafael Português de Souza, presidente da Apadep](#)

[Ações originárias não dão direito a defesa prévia, diz STJ](#)

[STJ define conflito de competência entre juízos de execução](#)

Date Created

20/10/2012